



Guia de Auto-Avaliação Institucional

Avaliar para melhorar a oferta educativa

2023

Elaborado por: Afonso Vindassi Manuel - PhD, Director do Gabinete de Gestão da Qualidade

Conteúdo	
APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
PRIMEIRA PARTE: DEFINIÇÕES E CONCEITOS	7
CONCEITO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	7
FINS DA AUTO-AVALIAÇÃO	9
PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO	9
VARIÁVEIS, CRITÉRIOS E INDICADORES	10
CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUTO-AVALIAÇÃO	11
SEGUNDA PARTE: VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS, CRITÉRIOS DE QUALIDADE E INDICADORES	13
1. VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS A AVALIAR	13
2. CRITÉRIOS DE QUALIDADE	14
3. PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	16
TERCEIRA PARTE: O PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	32
1. ETAPA DE PREPARAÇÃO: PLANIFICAÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO	33
2. ETAPA DE EXECUÇÃO: A RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO	35
3. ETAPA DE VALORAÇÃO, ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E PLANO DE MELHORIA.....	37
Estrutura do Relatório de Auto-avaliação Institucional	37
Considerações finais	39

APRESENTAÇÃO

O ensino superior se apresenta como tema prioritário dos estados e governos de todo o mundo, dirigido ao alcance de um desenvolvimento sustentável das nações. No caso de Angola, o país está construindo seu próprio modelo de ensino superior, em função das características e necessidades próprias. É por ele que se torna necessário e pertinente neste contexto, especificar o trabalho que neste sentido se leva a cabo na Universidade José Eduardo Dos Santos.

Dita instituição ambiciona estabelecer um modelo de avaliação institucional que marche a par das exigências actuais a nível mundial e nacional, de maneira que ofereça retroalimentação constante sobre a qualidade do processo de formação do profissional, tanto da instituição como a provedores e beneficiários em função das características e necessidades próprias da instituição.

Para se levar acabo a realização deste projecto se necessita orientação sobre o processo de auto-avaliação institucional, sobre a base da preparação da comunidade universitária para assumir este repto nas condições do contexto da instituição, pois são os actores educativos da própria instituição quem conduzem e implementam o processo. Neste sentido, se considera

a participação como condição e recurso que promove o interesse, a reflexão colectiva, os necessários acordos sobre os pontos a avaliar, a decisão de modelos de avaliação, protagonismo dos actores envolvidos assim como a articulação com os propósitos educativos.¹

O presente Guia é um documento que orienta o processo de auto-avaliação institucional dirigido a melhoria da qualidade institucional. Procura um modelo de auto-avaliação, contextualizado ao modelo de ensino da instituição com dimensões,

¹ Landi N. y Palacios M. E. La autoevaluación institucional y la cultura de la participación. Rev. Iberoamericana de Educación. Número 53: Mayo-Agosto / 2010. Disponible en <http://www.rieoei.org/rie53a07.htm>

referentes e indicadores para realizar o processo de auto-avaliação em correspondência com as exigências e funções da instituição para a formação de profissionais competentes; coerente com a política estatal das instituições de Ensino Superior em Angola, especificamente a Universidade José Eduardo Dos Santos.

Deste modo, se buscam os fundamentos dos processos de auto-avaliação institucional que respondam as exigências da qualidade na formação do profissional, fomentando a reflexão participativa e implicando a comunidade universitária para seu desenvolvimento.

O guia foi elaborado a fim de que a instituição universitária conte com um instrumento que facilite e oriente os processos de auto-avaliação institucional.

Dando seguimento as linhas de trabalho propostas pelo INAAREES, o Gabinete de Gestão da Qualidade, promoverá uma série de reuniões com as equipas de trabalho a fim de socializar e adaptar o guia de auto-avaliação proposta as particularidades e identidade da instituição. Assim se preparam condições para futuras avaliações, com fins de acreditação a semelhança dos processos a nível internacional para que a instituição se insira em um mundo cada vez mais competitivo, de onde se necessita a certificação dos saberes para garantir a mobilidade académica e laboral.

Finalmente se espera que este guia estimule e oriente a reflexão colectiva, ofereça uma visão ao que acontece no interior da instituição, apoiada na auto-análise objectiva e construtiva de fortalezas e debilidades, presentes no processo de formação do profissional e se oriente na busca de soluções práticas aos problemas, debilidades e carências identificadas na instituição.

INTRODUÇÃO

A avaliação da qualidade educativa nas universidades de Angola está marcada pelo imperativo de promover a garantia de qualidade em domínios tais como: processos de acesso, plano curricular e práticas formativas, investigação e interacção com a sociedade, democracia da gestão, exercício da profissão, infra-estrutura, qualificação do corpo docente, gestão dos recursos, avaliação de desempenho e outras. A avaliação da qualidade de desempenho institucional se converte assim em requisito indispensável para prestar contas da qualidade das instituições ao Ministério de Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI).

No plano normativo, a questão da qualidade e sua garantia são retomadas nas chamadas Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior (NGRSES), como atribuições do Estado que deve assegurar condições que procurem garantir “um elevado nível de qualidade nos domínios pedagógico, científico, tecnológico e cultural das instituições de ensino superior”².

Segundo o Decreto Presidencial n.º 70/10, o MESCT de Angola, no cumprimento da sua missão, deve “promover o desenvolvimento, a modernização, a qualidade, a competitividade e a avaliação do subsistema de ensino superior [...]”. Portanto, se percebe que o estado deve garantir e assegurar as condições para a formação plena dos cidadãos e entre suas tarefas figura.

“promover a excelência, a qualidade, a inovação, o empreendedorismo, a eficiência e a modernidade no desempenho dos cidadãos, das instituições, das empresas e serviços, nos diversos aspectos da vida e sectores de actividade”³.

Não obstante se foi registando acções de avaliação interna e externa muito pontuais em algumas unidades orgânicas, nos anos 2009 e 2019 numa tentativa de restituir a credibilidade científica e a confiança social, há instituições de ensino superior que nunca tiveram uma experiência de avaliação interna ou externa.

² Decreto 90/09, de 15 de Dezembro, no cap. IX Sistema de avaliação, art. 99º ponto.1 e 2, & 100º ponto 2

³ Artigo 21º - a linha p da Constituição da República de Angola (2010)

O subsistema de ensino superior passará por profundas mudanças se se aspira a formar profissionais universitários capazes de impulsionar o desenvolvimento e crescimento do país, tendo em conta a aprendizagem durante toda a vida, que lhes permita a adaptação permanente as constantes mudanças sociais. As práticas sistemáticas de avaliação de seus afazer, permitirão identificar as fortalezas e debilidades, assim como as necessidades de inovação e mudança, como chave para empreender processos de melhoria da qualidade educativa em conformidade com os réptos da sociedade actual.

A avaliação da qualidade da instituição de ensino superior, pode resultar numa poderosa estratégia de gestão de mudança, melhoria e transformação na instituição e por sua vez servir de estímulo ao resto das universidades do país a promover a mudança.

Este guia de auto-avaliação está organizado da seguinte maneira:

- Na primeira parte se apresentam definições e conceitos, que sustentam a prática da auto-avaliação institucional.
- Na segunda parte se oferece o núcleo principal do guia, referente a descrição detalhada do conjunto de variáveis que devem ser submetidas a avaliação numa instituição de ensino superior, junto com critérios, indicadores e as fontes que permitem ter evidência deles e fundamentar juízos valorativos sobre a qualidade de cada componente e da instituição.
- Na terceira parte se descreve, em termos gerais, as fases do processo de auto-avaliação institucional, desde o momento em que se decide formalmente levá-la a cabo, até a elaboração do relatório final de auto-avaliação e do plano de melhoria seguinte.

PRIMEIRA PARTE: DEFINIÇÕES E CONCEITOS

CONCEITO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A auto-avaliação institucional é uma contemplação interna da instituição desde uma reflexão participativa e com profundidade sobre a realidade educativa e relação com vários factores e indicadores de qualidade. Desta maneira, propicia a implicação da comunidade universitária no processo de melhoria. Este processo ajudará a detectar os desajustes concretos, permitindo sua correcção directa e imediata. Aqui se mostra o carácter regulador e formativo deste processo de avaliação interna⁴.

Segundo o Guia de Auto-avaliação Institucional da Universidade Pedagógica Nacional “Francisco Morazán” de 2011-2012, a Auto-avaliação Institucional é um processo participativo, permanente, integral e sistemático de reflexão e análise crítico colectivo, que valora a qualidade dos processos educativos e em geral os afazer da instituição com o objectivo de melhorar sua qualidade. A reflexão e a análise crítica permite a instituição a:

- descrever sua situação actual
- fundamentar um juízo crítico sobre suas fortalezas e debilidades, e
- fundamentar um plano prospectivo de melhoria

Por sua vez, Fernández Gavilán define a auto-avaliação institucional como uma avaliação interna, que se realiza desde a própria instituição, com a finalidade de chegar a proposta de uma avaliação externa cujo fim e objectivo é o de: melhorar a qualidade educativa. Agrega esta autora que a avaliação interna

"nos informa de um processo surgido da necessidade de reflectir desde o próprio contexto, por parte dos próprios agentes envolvidos nele, sobre o valor e alcance das actividades desenvolvidas. Seu propósito, como qualquer outra modalidade de avaliação, se orienta até a obtenção da informação considerada

⁴ Estefanía Lera, J.L., y López Martínez, J. (2001): Evaluación interna del centro y calidad educativa. Estrategias e instrumentos. Madrid.

*mais relevante no interior de um processo ou de uma situação qualquer. Não obstante, o trabalho de que seja, a auto-avaliação supõe uma diferença substancial com outros modos de avaliar. Se trata de que tanto o processo como a metodologia e a informação obtida se realiza, se elabora e se contrasta desde as próprias necessidades, desde os valores e o ponto de vista dos mesmos agentes e desde a função social que estes realizam."*⁵

A auto-avaliação é uma ferramenta idónea para conhecer a realidade interna das instituições educativas porque permite recompilar, sistematizar, analisar e valorar a informação sobre o desenvolvimento de seus processos e resultados⁶. Também, outros autores consideram que a avaliação pode ser um instrumento eficaz de contrastação e/ou confrontação do referente institucional, como conhecimento compartilhado da intenção de sua existência (concepção, missão, função), com a estruturação e funcionamento real do mesmo, e com seus resultados⁷.

Estas considerações permitem ao autor deste guia resumir os seguintes atributos gerais da auto-avaliação institucional:

- é uma análise interna da realidade educativa da instituição;
- se orienta até a obtenção de informação para revelar fortalezas e debilidades do contexto educativo;
- se realiza sobre a base de factores e indicadores de qualidade;

⁵ Fernández Gavilán, C. (2008). Evaluación institucional. <http://carmenfernandezgavilan.blogspot.com/2008/01/21-da-101108-evaluacin-institucional.html> Consultado 20 de oct. de 2014].

⁶ Instructivo Autoevaluación institucional. Ministerio de Educación de Ecuador 2013 http://educacion.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2013/10/Instructivo_Aplicacion_Autoevaluacion_301013.pdf [Consultado 22 de oct. de 2014].

⁷ González, J. Galindo N. y otros (2004). Los paradigmas de la calidad educativa. Unión de Universidades de América Latina, A. C. Circuito norponiente del Estadio Olímpico. Ciudad Universitaria, México, D.F <http://www.udual.org/CIDU/ColUDUAL/15/15.pdf> [Consultado 19 de oct. de 2014].

- se realiza com a participação de toda a comunidade educativa desde uma reflexão profunda unida a uma análise crítica da realidade educativa nesse contexto;
- tem um carácter formativo que comporta um plano de melhoria da instituição.

FINS DA AUTO-AVALIAÇÃO

A auto-avaliação pretende a melhoria permanente da qualidade dos processos substantivos, resultados e serviços que oferece a instituição, convertendo-se em um processo formativo e participativo que potencia as capacidades e compromissos dos actores envolvidos, e obriga a instituição a ser criativa e inovadora para cumprir sua missão. Portanto, seus objectivos estão orientados a:

1. realizar um diagnóstico institucional, que permita conhecer as fortalezas e debilidades, determinando a linha de base (situação actual) dos diferentes processos substantivos da instituição e o que a faz diferente das demais instituições;
2. fundamentar o processo de tomada de decisões com informação relevante e oportuna;
3. desenvolver planos de melhoria da instituição a partir dos resultados da auto-avaliação;
4. prestar contas a fim de sustentar sua credibilidade perante a sociedade a que serve e
5. promover uma cultura de avaliação que facilite os processos de acreditação da instituição no âmbito nacional.

PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Com a finalidade de alcançar a execução do processo de auto-avaliação que, além de proporcionar informação para a tomada de decisões, se concretize num plano de melhoria do trabalho da instituição, é necessário que este se reja pelos seguintes princípios:

Voluntariedade: a mesma instituição educativa toma a decisão de iniciar o processo de auto-avaliação.

Participação: envolvimento de todos os actores no processo de análise e reflexão: autoridades, docentes, estudantes, administrativos, egressados, empregadores e organizações sócio-profissionais.

Valoração: transcende o nível descritivo da informação e emite juízos de valor sobre as fortalezas e debilidades detectadas no contexto.

Flexibilidade: permite realizar os ajustes necessários durante o processo.

Integração: considera para a análise tanto os processos substantivos como as relações que se dão entre estes desde uma vista integral a toda a instituição.

Continuidade: promove a realização de um processo cíclico de planificação e execução da auto-avaliação, para logo levar a cabo um plano de melhoria que atenda os resultados da auto-avaliação e depois de um tempo facultativo voltar ao processo de auto-avaliação para valorar a nova situação e a eficácia de mudança.

Autorregulação: a mesma instituição propicia acções de melhoria que permitirão incidir na mudança necessária

que requeira a instituição.

VARIÁVEIS, CRITÉRIOS E INDICADORES

As variáveis são unidades de análise relacionadas ao objecto de estudo e para cada uma delas se recolhe informação, se analisa criticamente e se emitem juízos valorativos sobre sua qualidade.

O critério é o meio que se utiliza para julgar a qualidade de determinado aspecto ou variável da auto-avaliação institucional. Os critérios exigem interpretação e adequação ao próprio contexto. Se usam na auto-avaliação como valores para julgar se a qualidade de determinado aspecto institucional é melhorável (ou, no caso de a acreditação, se é aceitável para a agência acreditadora).

Os indicadores se referem ao nível de alcance, que é considerado como critério de medida e é comumente aceite em determinada prática. São evidência objectiva e comprovável do estándar a alcançar.

Todos eles constituem objecto de análise para serem usados como referentes na contratação da qualidade educativa com a qualidade desejável para emitir a valoração.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUTO-AVALIAÇÃO

A instituição para empreender um processo de auto-avaliação deve ter em conta as condições básicas seguintes:

Compromisso e liderança efectiva das autoridades institucionais, que permita estabelecer um clima de confiança, dar prioridade e carácter institucional ao processo, garantir o acesso à informação e dispor de recursos financeiros, assim como assegurar a implementação das acções de melhoria.

Estrutura funcional que garanta o desenvolvimento efectivo da auto-avaliação, por exemplo:

- Dispor de uma equipe de direcção do processo que terá como funções: capacitar as equipes de execução e a Comissão Institucional de Auto-avaliação sobre o processo em si, os métodos, técnicas, desenho de instrumentos de avaliação, trabalho de campo, análise de informação, elaboração de informes, planos de melhoria; facilitando assim, o desenvolvimento do processo.
- Conformer uma equipe de Direcção do processo de auto-avaliação e um Comité Institucional de Auto-avaliação.
- Conformer equipes de trabalho para a auto-avaliação segundo os objectivos do processo.

Comunicação contínua dentro e fora da instituição, que permita a socialização da informação a participação de toda a comunidade na validação das conclusões e decisões que se tomem.

Sistematização da documentação relevante num sistema de informação institucional actualizado. O sistema de informação ou os arquivos institucionais devem prover informação válida como a seguinte:

- Estatutos e regulamentos da instituição;
- Missão, visão e valores da instituição;
- Plano de Desenvolvimento Institucional
- Planos de estudo;
- Estatísticas básicas de estudantes (expediente académico, rendimento académico, reprovação, desistência, graduados, etc.);
- Estatísticas sobre o processo de ensino-aprendizagem;
- Estatísticas sobre docentes, administrativos e pessoal de serviço por cursos e instituição;
- Colecção de trabalhos de fim do curso ou outro trabalho final de término de estudos;
- Expedientes dos professores e pessoal administrativo;
- Composição sócio-demográfica dos estudantes;
- Relatórios institucionais;
- Projectos e relatórios sobre investigações;
- Relatórios sobre actividades de extensão universitária;
- Plano de gastos ou investimentos (distribuição) e plano de financiamento;
- Pressupostos e informes de execução;
- Acções académicas desenvolvidas no âmbito nacional e internacional (convénios);
- Estratégia de formação pós-graduada;
- Estratégia de informatização.

Toda esta documentação constitui fonte de obtenção de informação primária sobre o funcionamento da instituição.

SEGUNDA PARTE: VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS, CRITÉRIOS DE QUALIDADE E INDICADORES

1. VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS A AVALIAR

As variáveis se referem as áreas ou âmbitos a ser considerados na reflexão, análises e melhoria do que fazer da instituição de ensino superior. No caso da Auto-avaliação Institucional da UJES são seleccionados as seguintes:

- I. Projecto de Desenvolvimento Institucional
- II. Estrutura organizacional
- III. Dimensão curricular
- IV. Efectividade do processo de ensino
- V. Recursos humanos
- VI. Infra-estrutura e outros recursos
- VII. Vinculação com o mercado laboral
- VIII. Investigação e pós-graduação

Variável I: Projecto institucional

Se refere ao encargo social da universidade expressado na visão, missão, princípios e valores, donde define claramente seu propósito dentro do contexto do ensino superior, questões específicas relacionadas com o perfil profissional e a formação para satisfazer as demandas da sociedade angolana actual.

Variável II: Estrutura organizacional

Se refere aos aspectos de estrutura organizativa que caracteriza o funcionamento da instituição para o alcance de sua missão, visão, marco legal e questões relacionadas com a organização.

Variável III: Dimensão curricular

Se refere aos processos que estruturam, organizam e dirigem a formulação de estratégias e mecanismos de coordenação para o aperfeiçoamento curricular: objectivos, conteúdos, métodos, meios de ensino, formas de organização do processo, avaliação.

Variável IV. Efectividade do processo de ensino

Se refere a satisfação da comunidade universitária com os processos de admissão, planificação, organização, execução da gestão académica em função do processo de formação. Também se analisa tudo relacionado com os estudantes.

Variável V. Recursos humanos

Se refere a situação e projecção dos recursos humanos na instituição, os processos de selecção, contratação, capacitação, formação, actualização permanente, desempenho, permanência, promoção e reforma dos recursos humanos que laboram na instituição (académicos, administrativos e de serviço).

Variável VI. Infra-estrutura e outros recursos

Se refere a consignação, execução e controlo dos recursos materiais, equipamentos, infra-estrutura e financeiros, para o desenvolvimento das funções da instituição e cumprimento de sua missão.

Variável VII. Vinculação com o mercado laboral

Se refere a correspondência da formação com as exigências do mundo laboral e a projecção social, aos processos de seguimento que realiza a universidade para valorar o impacto de seus graduados tanto na sociedade, como na mesma instituição.

Variável VIII. Investigação e pós-graduação

Se refere aos processos tendentes a gerar conhecimentos e tecnologias em distintas áreas de conhecimento, através da investigação científica. A pós-graduação se visualiza como um nível de formação contínua que fortalece o desenvolvimento da investigação académica.

2. CRITÉRIOS DE QUALIDADE

São os referentes para julgar, valorar ou emitir juízos sobre o objecto a avaliar. Na avaliação institucional se fará uso dos seguintes critérios de avaliação:

2.1. Universalidade:

Faz referência a coexistência e consideração das diferentes teorias, correntes de pensamento e práticas formativas promovidas e criadas dentro e fora da instituição, expressada na sua filosofia institucional que se concretiza em seus princípios, valores, missão, visão, políticas gerais e seu projecto educativo, sustentando-se em uma adequada relação entre sua própria identidade e o meio socio-cultural.

2.2. Pertinência:

A pertinência se entenderá como a correspondência entre a missão, fins e princípios perseguidos e as exigências da sociedade e ambiente. Manifesta a vinculação da universidade com a sociedade na busca de respostas aos problemas e necessidades da região ou país. Expressa a conceptualização da universidade, a satisfação das opções curriculares, a consolidação dos critérios educativos institucionais e a oportunidade sócio-histórica.

2.3. Equidade:

Está referida no sentido de justiça com que opera a instituição no contexto social. No contexto institucional, se refere aos processos de tomada de decisões, políticas e normativas respeitante a sistemas de admissão, avaliação, promoção, reconhecimento de méritos académicos e no contexto geral, considera a não discriminação de toda ordem, o reconhecimento das diferenças (de pensamento, culturais, entre outras), e a aceitação das diversas culturas em suas múltiplas manifestações.

2.4. Coerência:

É o grau de correspondência e integração intra-institucional entre: missão, propósitos, políticas, estruturas, processos e os meios de que se dispõe.

2.5. Eficiência:

Se refere ao uso óptimo e racional dos recursos institucionais para garantir o alcance dos objectivos propostos. Compreende os aspectos académicos e administrativos. O académico permite saber como se utilizam os meios e recursos para o desenvolvimento óptimo das funções substantivas da instituição. O

administrativo reflecte como se canalizam e integram os distintos recursos para garantir o funcionamento operativo e substancial da instituição.

2.6. Eficácia:

É o grau de correspondência entre os propósitos estabelecidos e os resultados obtidos pela instituição.

2.7. Integridade:

Faz referência a transparência, responsabilidade e honestidade institucional no cumprimento da missão e fins estabelecidos. Implica o respeito pelos valores e referentes éticos universais que inspiram o serviço educativo de toda instituição de estudos superiores.

3. PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Em seguida, se apresenta uma proposta de operacionalização das variáveis de acordo com os critérios e indicadores para a avaliação, assim como as fontes (quer sejam documentais ou testemunhais) que podem prover a evidência do grau de cumprimento dos indicadores e critérios.

Também se apontam possíveis instrumentos de recolha de informação a utilizar para cada uma das variáveis. Se espera que ajudem para ter uma ideia de como auto-avaliar os processos principais que transcorrem em uma instituição de Ensino Superior. Eles foram obtidos de outros guias de auto-avaliação institucional que se usam internacionalmente, especificamente no âmbito latino-americano (ver bibliografia), onde se constata experiência da realização destes processos e foram adaptados ao contexto da UJES e os processos substantivos que ali têm lugar.

VARIÁVEL I PROJECTO INSTITUCIONAL

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
<p>Missão, visão, valores, princípios, políticas, objectivos, e estratégias usuais pela comunidade Universitária.</p> <p>Compromisso social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A instituição conta com um documento explícito da missão, visão, políticas, objectivos e estratégias; - Se tem evidência explícita de que a visão, a missão, os valores e os princípios, garantem uma adequada cobertura da formação do profissional; - Se tem conhecimento do perfil profissional dos formados; 	<p>Documental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Missão, visão das UO da UJES - planos de estudo, estatuto orgânico das UO da <p>Testemunhal:</p> <p>estudantes, docentes, pessoal administrativo, directivos,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de verificação - Questionário - Entrevista

VARIÁVEL II ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
<p>Estrutura organizativa para o funcionamento da instituição em prol do alcance de sua missão, fins e princípios, marco legal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A instituição tem uma Estrutura organizacional definida; - O organigrama oficial da instituição é coerente com a sua natureza e normativa vigente; - A estrutura organizacional se corresponde com os processos académicos e administrativos; - Existem órgãos colegiais na estrutura organizacional; - O clima e a cultura organizacional permitem o desenvolvimento da instituição; - O ambiente institucional favorece a liderança, a participação e o desenvolvimento da comunidade; - Existem critérios de selecção das pessoas designadas para os diferentes órgãos de chefia; 	<p>Documental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organigrama Institucional, Estatuto Orgânico, Regulamento Institucional, Actas, resoluções, acordos, informes - Regulamento académico <p>Testemunhal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudantes, docentes, pessoal administrativo, directivos, 	<ul style="list-style-type: none"> -Análise documental -Questionário - Entrevistas -Grupos Focais

GUIA DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2023

Elaborado por: Afonso Vindassi Manuel - PhD, Director do Gabinete de Gestão da Qualidade

	<ul style="list-style-type: none"> -se evidencia valoração sistemática da percepção da comunidade universitária sobre a condução institucional; -se evidencia a participação da comunidade Universitária no processo de tomada de decisões. - se evidencia a aplicação de normativas e existência de órgãos legais para a resolução de conflitos. 		
--	--	--	--

Variável III: DIMENSÃO CURRICULAR

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
Desenho curricular congruente com a missão, visão, política institucional e necessidades sociais	<ul style="list-style-type: none"> -Se evidencia a existência de documentos com as políticas e regulamentos que organizam o desenho do modelo curricular - Se evidencia a aplicação das políticas e normativas curriculares; - Se evidencia um alto grau de congruência entre a missão, a visão e as políticas institucionais com o modelo curricular assumido; 	<p><u>Documental</u></p> <p>Planos de Estudo, Oferta formativa, Mini-pautas, Informes de auto-avaliação, Actas, Resoluções, Informes de</p>	<p>Lista de verificação</p> <p>Entrevistas, questionários, observação</p>

	<ul style="list-style-type: none"> -Se evidencia a correspondência do currículo com as necessidades e expectativas do mercado laboral e a sociedade; -Se evidencia a correspondência dos graduados com as competências propostas no desenho curricular; -Se evidenciam mudanças curriculares produto das avaliações do currículo; -Se evidencia a existência de planos de estudos; oficiais que permitam aos estudantes eleger entre diferentes propostas curriculares; -Se evidencia a coerência entre os objectivos, conteúdos, métodos, procedimentos de avaliação, e meios de ensino; -Se evidencia uma metodologia adequada para planificar o trabalho docente; -se evidencia a existência de documentos donde se mostram os processos de avaliação. 	<p>encontros com graduados, Diagnósticos</p> <p><u>Testemuhal</u> estudantes, docentes, pessoal administrativo, directivos, graduados, empregadores</p>	
--	--	---	--

VARIABLE IV: EFECTIVIDADE DO PROCESSO DE ENSINO

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
<p>Execução da gestão académica em função do processo de formação, processo de admissão, planificação, organização dos processos académicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Se evidencia a existência de programas sintéticos e analíticos das unidades curriculares em execução; - Se evidencia a aplicação das normativas do regime académico em vigor; - Se evidencia a congruência entre o perfil de saída dos cursos e o conteúdo de ensino; -Se evidencia a correspondência do conteúdo com os objectivos da formação e expectativas do mercado laboral; -Se evidencia a correspondência entre as competências dos graduados com os conteúdos programáticos; -Se evidenciam aperfeiçoamento periódico de programas das unidades curriculares; -Se evidencia a coerência entre os objectivos, conteúdos, métodos, procedimentos de avaliação, e meios de ensino; 	<p><u>Documental</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas de orientação e motivação; - Registo de número de vagas que disponibiliza a universidade; - Registo de candidatos que realizam o exame de acesso; -Registo de candidatos admitidos ao exame de acesso; -Lista de distribuição de vagas e a população estudiantil, proposta académica por período; -Base de dados de graduados por curso; -Base de datos sobre registo de matrícula, sistema de gestão académica; - Registo de matrícula inicial e quadro de qualificações finais, actas, minipautas, Informes de rendimento 	<p>Lista de verificação Análise documental Entrevistas, Questionarios, Observação</p>

	<p>-Se evidencia uma metodologia adequada para planificar o trabalho docente; -se evidencia a existência de documentos donde se mostram os processos de avaliação.</p>	<p>académico, estudos sobre eficiência vertical; -Informes de rendimento académico, Informe sobre estudo de trajetória académica; -Lista de estudantes premiados, Memórias anuais., Acordos, diplomas, medalhas; -Regime académico; - Regulamento de bolsas; - Informe sobre gratificação de benefícios estudantis; - Informe de participações em actividades científicas, académica; - Informe de actividades da Associação de estudantes.</p> <p><u>Testemunhal</u> Equipe directiva do DAAC, pessoal docente, direcção, docentes, estudantes.</p>	
--	--	---	--

VARIÁVEL V: RECURSOS HUMANOS

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
<p>Seleção e contratação dos recursos humanos necessários de acordo com as políticas e procedimentos definidos pelo Ministério de Ensino Superior</p>	<p>-Se evidencia a existência de normas e procedimentos de seleção, contratação do pessoal académico e administrativo da instituição;</p> <p>-Se evidencia a aplicação de normas e procedimentos de seleção, contratação do pessoal académico e administrativo da instituição;</p> <p>-Se evidencia a correspondência do perfil do pessoal com o cargo que desempenha;</p> <p>-se evidencia coerência entre o cargo desempenhado e as competências definidas;</p> <p>-Existência de um sistema de formação permanente do pessoal académico, administrativo e de serviço, reflectido em um plano de desenvolvimento de recursos humanos;</p> <p>-Evidência da composição do pessoal da instituição em função dos graus académicos;</p>	<p><u>Documental</u></p> <p>- Manual de procedimentos administrativos, normas e procedimentos de seleção de pessoal, folhas de salários;</p> <p>-Manual de descrição e análise de pontos resultantes da avaliação de desempenho;</p> <p>-Planos de trabalho do pessoal e planos de melhoria do desempenho do pessoal;</p> <p>-Manual de descrição e análise de pontos;</p> <p>-Instrumentos de avaliação, Informes de avaliação de Desempenho;</p>	<p>Lista de verificação</p> <p>Análise documental</p> <p>Entrevistas,</p> <p>Questionários,</p> <p>Observação</p>

	<ul style="list-style-type: none"> -Evidência de correspondência entre o grau académico e o perfil profissional com o desempenho das funções; -Evidência de que a instituição leva a cabo avaliação de desempenho do pessoal directivo, académicos, administrativos e de serviço; -Evidência do desenvolvimento de um sistema de permanência, mobilidade e promoção do pessoal da instituição; -Evidência de implementação de um sistema de incentivos ao pessoal da instituição; -Reconhecimento do trabalho por anos de serviço; -Aplicação de um plano de passagem a reforma do pessoal da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> -Oferta de programas de pós-graduação; -Actas, acordos, resoluções; <p>Normativa sobre plano de reforma, Estatuto e seu regulamento, Manual de procedimentos administrativos, Lista do pessoal reformado.</p> <p><u>Testemunhal</u></p> <p>Corpo directivo da área de RH pessoal docente directivo, docentes, trabalhadores administrativos.</p>	
--	--	---	--

VARIÁVEL VI. INFRA-ESTRUTURA E OUTROS RECURSOS

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
<p>Atribuição execução e control dos recursos materias, equipamentos, infra-estrutura e financeiros, para o desenvolvimento das funções da instituição e cumprimento de sua missão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Se conta com documentos oficiais que expressam a política e procedimentos de atribuição de recursos a instituição; - Se evidenciam mecanismos para a divulgação a comunidade universitária, da política e procedimentos de atribuição de recursos; - Se evidencia que os recursos institucionais se distribuem de acordo com a política e procedimento estabelecido; - Existência de instâncias responsáveis do maneiio financeiro na instituição; - Existência de um plano de desenvolvimento estratégico anual da universidade para a execução de contas; - A atribuição de contas se faz sobre a base de critérios que propician a equidade, e efectividade das diferentes solicitações e processos; 	<p><u>Documental</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -Orçamento anual da instituição; -Inventários frequentes e actualizados; -Informe de execução orçamental; -Balanço do estado financiero; -Informe de entradas e saídas; -Informes sobre o maneiio dos recursos físicos, materiais e financeiros; - Oferta de programas de pós-graduação, catálogo de prestação de serviço; -Informe de obras, memória anual; 	<ul style="list-style-type: none"> -Listas de verificação -Análise documental - Questionário - Guia de observação de espaços físicos (Rampas e elevadores para acessar a diferentes niveis dos edificios).

	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de normas, procedimentos e documentos que evidenciem a situação financeira actualizada da instituição; - Existência de mecanismos para a consecução, atribuição e adequação dos recursos disponíveis em função das necessidades instituições; - Evidência do uso racional dos recursos financeiros baseando-se em prioridades institucionais aprovadas pelos organismos correspondentes; - Evidência de mecanismos e procedimentos para a obtenção de recursos financeiros adicionais; - Existência de um pressuposto geral de entradas e saídas anuais actualizados; - Existência de um inventário de recursos materiais da instituição para o desenvolvimento de suas funções (infra-estrutura, equipamentos e insumos, entre outros); - Existência de infra-estrutura adequada para o exercício académico: aulas, auditórios, laboratórios, oficinas, bibliotecas, equipamentos, recursos informáticos, instalações desportivas, 	<p>Consignação orçamental, evidências gráficas.</p> <p><u>Testemunhal</u></p> <p>Corpo directivo, pessoal docente directivo, pessoal administrativo e da direcção de RH.</p>	
--	--	--	--

	<p>edifícios de actividade de estudante, residências, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none">- Existência de recursos didáticos de apoio a aprendizagem;- Concordância dos espaços para o exercício académico (aulas, laboratórios, oficinas e centros de computação, etc.) com o número de alunos que se atendem;- Concignação de recursos para a manutenção da infra-estrutura;- Evidência física da manutenção da infra-estrutura;- Existência de condições que possibilitem as pessoas com necessidades físicas especiais o acesso aos espaços académicos, recreativos e outras dependências da universidade;- Se evidencia valoração sistemática da percepção da comunidade universitária sobre a condução institucional;- Se evidencia a participação da comunidade universitária no processo de tomada de decisões;		
--	---	--	--

	- Se evidência a aplicação de normativas e existência de órgãos legais para a resolução de conflitos.		
--	---	--	--

VARIÁVEL VII. VINCULAÇÃO COM O MERCADO LABORAL

Indicadores	Crítérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
Correspondência da formação com as exigências do mundo laboral e a projecção social, impacto dos graduados tanto na sociedade, como mesma instituição.	<ul style="list-style-type: none"> - Se evidencia a existência de um documento que prove o processo de seguimento de graduados; - Se evidencia a aplicação dos procedimentos para o seguimento de graduados; - Se evidencia a satisfação dos empregadores com os graduados; - Se evidencia a satisfação dos graduados com as competências adquiridas; 	<p><u>Documental</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Informes de encontros de graduados, empregadores; - Página Web; - Lista de diplomados, - Cursos, pós-graduações ofertadas. - Encontros de graduados, <p><u>Testemunhal</u></p> <p>Corpo directivo, pessoal docente Empregadores, graduados.</p>	<p>Lista de verificação</p> <p>Análise documental</p> <p>Entrevistas, questionários, observação</p>

	- Existência de programas académicos que considerem alternativas de actualização para graduados.		
--	--	--	--

VARIÁVEL VIII. INVESTIGAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Indicadores	Critérios	Fontes	Instrumentos de avaliação
<p>Processo de geração de conhecimentos e tecnologias nas distintas áreas de conhecimento através da investigação científica e aplicada;</p> <p>A pós-graduação como um nível de</p>	<p>- Evidência da correspondência entre a investigação e pós-graduação com a Missão e Visão da instituição;</p> <p>- Se evidencia a existência de um documento institucional que contem:</p> <p>- Evidência da aplicação de políticas, regulamentação e procedimentos que regulam a investigação e a pós-graduação;</p>	<p><u>Documental</u></p> <p>- Regulamento de pós-graduação;</p> <p>-Regulamento de Investigação;</p> <p>-Orçamento anual da instituição;</p> <p>-Convênios, acordos, actas</p> <p>-Documento que reflecte as Linhas de investigação da instituição;</p> <p>-Informes de investigações realizadas;</p>	<p>Lista de verificação ou Análise documental.</p>

<p>formação contínua que fortalece o desenvolvimento da investigação académica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um ente que coordene e facilite as actividades de Investigação e a pós-graduação; - Participação da instituição em redes de IES ou Centros de Investigação especializados para a promoção e execução de projectos de investigação; - Existência de um sistema de avaliação dos projectos de investigação para a aprovação e financiamento dos mesmos; - Aplicação de um sistema de avaliação que permita dar seguimento e control aos projectos de investigação; - Se evidencia base de dados de investigações com informes periódicos; - Evidência de que no orçamento geral da universidade contempla fundos para a promoção, execução e administração da investigação; 	<ul style="list-style-type: none"> -Revistas, memórias anuais, memórias de eventos científicos, biblioteca virtual, livros, artigos científicos; -Informes de Avaliações realizadas as Investigações, Planos de Seguimento e Monitoria de Projectos; -Lista dos projectos de investigações actualizadas e planos de estudo dos programas de pós-graduação. <p><u>Testemunhal</u></p> <p>Direcção da instituição. Corpo directivo da área científica, pessoal docente,</p>	
---	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none">- Evidência de documentos oficiais que estabeleçam as linhas de investigação prioritárias por área de conhecimento ou de interesses;- Evidência dos projectos de investigação em função das linhas de investigação;- Evidências de publicações periódicas, memórias de congressos científicos, bibliotecas virtuais e livros sobre os resultados das investigações;- Existência de Registos de direito de autor, patentes, protótipos;- Número de investigações e publicações reconhecidas a nível nacional e internacional;- Existência de Convênios de colaboração científica nacionais e internacionais.		
--	--	--	--

TERCEIRA PARTE: O PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta parte se descreve o processo de concretização da auto-avaliação institucional (AAI), composto por várias fases e acções ordenadas e sistemáticas que orientam o processo. O processo requer da mobilização de compromisso de uma boa quantidade de recursos humanos, materiais e financeiros.

A entidade encarregue de levar a cabo este processo é a comunidade universitária em estreita coordenação com a direcção da instituição, pelo que, desde o início, **se deve clarificar os objectivos que a instituição espera alcançar com a auto-avaliação, planificar, programar e organizar as actividades necessárias e recursos necessários para garantir o êxito do processo.**

Esta parte se divide em quatro secções:

1. A primeira descreve a etapa inicial que se encarrega da **projectão** da AAI tributando um plano de trabalho e cronograma correspondentes. Geralmente todo processo de auto-avaliação se inicia com a decisão de auto-avaliar-se a partir da sensibilização da comunidade e a revisão da estrutura organizativa para coordenar todo o processo, **que inclui o estabelecimento de equipas ou comissões de trabalho e definição das funções de cada um.** Também se adapta a guia as particularidades e identidade da instituição e se criam mecanismos de comunicação permanente durante todo o processo.
2. A segunda se refere a etapa de **execução** que comporta a elaboração de instrumentos: questionários, entrevistas, grupos focais; recollecção, análise e apresentação da informação. O resultado desta etapa é um informe preliminar do estado actual em que se encontram as variáveis avaliadas, assegurada por informação confiável.
3. A terceira dá conta da qualidade da instituição mediante um **informe final** de auto-avaliação e o plano de melhoria da instituição.
4. A última se refere a validação do relatório de auto-avaliação e do plano de melhoria que pode ser concebido com a visita de pares avaliadores externos a instituição se assim se entender.

1. ETAPA DE PREPARAÇÃO: PLANIFICAÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO

Esta etapa descreve um conjunto de sugestões para orientar o trabalho de preparação e planificação da auto-avaliação institucional. Se insiste na necessidade de contar com um ambiente institucional favorável e um decidido apoio das autoridades universitárias. Além do mais, a avaliação é um processo técnico e rigoroso que exige um plano sistemático e uma equipe que coordene e avalie as sucessivas actividades, capaz de garantir transparência, participação e credibilidade.

1.1. A decisão de realizar a auto-avaliação institucional

Esta decisão se insere no quadro da política da qualidade da instituição e deve ser tomada pelos órgãos de direcção. É preciso que esta decisão conte com o apoio da **direcção, professores, de estudantes, do pessoal administrativo e de todos aqueles que integrem a comunidade universitária por sua implicação nos processos, empregadores, graduados, organizações sociais, entre outros.**

Este processo inicial deve contemplar, ao menos, três passos:

- a) A instituição formula um documento sobre a conveniência e necessidade de levar a cabo a auto-avaliação, destacando os objectivos que se esperam alcançar com ela e, os rostos com que conta, a proposta de programação da auto-avaliação, principalmente a atribuição de responsabilidades específicas, as necessidades de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros, assim como, os prazos desejáveis para sua execução.
- b) Aprovação do documento pela instância máxima da instituição, que expressa a vontade e o compromisso de promover e apoiar permanentemente o processo e garantir as acções de melhoria como produto da avaliação.
- c) No caso da avaliação com fins de acreditação, a instituição informa ao INAAREES que deu início um processo de auto-avaliação, com o fim de que se tomem as previsões para a posterior avaliação externa e acreditação. No caso em que se destina só a exploração e proposta de melhoria da qualidade educativa se informa a comunidade universitária do início do processo.

1.2. Constituição de uma Comissão Central da Qualidade para coordenar o processo.

A complexidade do processo e o seu carácter técnico tornam aconselhável **constituir um grupo coordenador e um corpo consultivo com suficiente experiência na realização destes processos**. Como no Ensino Superior em Angola não existem práticas sistematizadas no processo de AAI. Se sugere convidar especialistas de outros países com que se tenha colaboração.

1.3. Sensibilização e compromisso institucional

Esta fase se desenvolve de maneira permanente ao longo de todo o processo de auto-avaliação e compreende um conjunto de actividades internas e externas da instituição, que permitam dar a conhecer e valorar a importância do processo como ferramenta para impulsionar a mudança, a transformação e a melhoria da qualidade.

Bem como, deve facilitar a tomada de decisões oportunas e motivar os diferentes sectores envolvidos na participação permanente. É conveniente utilizar todos os canais disponíveis de comunicação institucional e criar os espaços para a reflexão e o consenso com relação ao processo.

1.4. Organização e planificação do trabalho

A Comissão Central da Qualidade (CCQ), seleccionada pela instância máxima da direcção da instituição, deverá definir sua própria organização como grupo de trabalho. Junto as Comissões de Auto-Avaliação (CAA), a quem compete a planificação, execução das tarefas que deverão ser realizadas; a distribuição de responsabilidades entre seus integrantes; a programação dos tempos para realizá-las e a selecção dos instrumentos.

O resultado desta fase é a elaboração de um projecto de AA, justificação de cada acção e os objectivos, a definição das variáveis institucionais que se avaliarão, os métodos e procedimentos que se aplicarão, a previsão dos recursos necessários, a programação de acções no tempo e os responsáveis e participantes em cada actividade.

É necessário que o projecto seja conhecido por toda a comunidade universitária. É importante alcançar o compromisso de toda a instituição de maneira que toda a comunidade mantenha o interesse por participar no processo até a etapa final da elaboração do Plano de melhoria.

2. ETAPA DE EXECUÇÃO: A RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Nesta etapa se abordam os processos de recolher e analisar a informação e as evidências necessárias para emitir juízos de valor sobre a instituição e seus diferentes componentes.

2.1. Desenho de instrumentos de recolha da informação relacionada com a AAI.

Dentro da planificação se considera o plano de análise da informação:

1. As fontes de informação: podem ser documentais ou testemunhais as quais deverão mostrar onde se encontra a informação necessária e quem são as pessoas mais idóneas para disponibilizá-la. As **fontes primárias**, os principais actores envolvidos no processo: **gestores, professores, estudantes, pessoal administrativo, graduados, empregadores, organizações sociais e outros**. As **secundárias mais usuais são**: documentos substantivos da universidade; relatórios ou estudos sobre aspectos universitários realizados pela mesma universidade, actas de reuniões entre outras; opinião dos distintos membros da comunidade universitária e da sociedade em geral.
2. Instrumentos e técnicas para a análise da informação

Além da análise documental, se podem utilizar **técnicas qualitativas**, como as entrevistas, grupos focais, debates. Os instrumentos quantitativos devem ser validados antes da sua aplicação.

3. Responsáveis e cronograma de execução

A indicação de responsáveis para cada actividade de recolha de informação deve ter em conta os requisitos técnicos e profissionais que demandam a aplicação de instrumentos ou técnicas específicas. A validéz e confiabilidade da informação recolhida é fundamental e deverá dar-se conta dela ao finalizar o processo, pois dele depende a credibilidade dos juízos de valor que se formularam.

A aplicação de cada técnica deve ser analisada tendo em conta os objectivos e o tipo de informante, considerando as poucas oportunidades para convocar a gestores, estudantes, docentes, administrativos, graduados e empregadores, possibilidade que oferece a AAI.

2.2. Recolha da informação

A recolha da informação implica o respeito aos requisitos técnicos do método utilizado, para garantir a validéz e confiabilidade dos dados obtidos.

Os instrumentos ou actividades para alcançar informação se desenham e organizam segundo as fontes de informação. Por exemplo, se se elabora um questionário para estudantes, nele se incluirão todos os aspectos sobre os quais a opinião dos estudantes é relevante e num discurso que seja compreensível para eles.

2.3. Análise e apresentação da informação

O processo de categorização das variáveis é já um primeiro momento de análise. Procura-se obter uma descrição clara e exequível das evidências, que permitam compreender em que estado se encontra determinado aspecto institucional.

A disposição em tabelas e gráficos é aconselhável; as estatísticas, índices ou taxas de todos os dados quantitativos são imprescindíveis. Daí que se sugere seleccionar um grupo de pessoas que se encarreguem da análise e processamento estatístico da informação. Nesta fase serão igualmente importantes as descrições qualitativas e os comentários contextuais que facilitem uma correcta interpretação.

Uma vez organizada a informação, a análise busca encontrar relações, explicações, regularidades ou tendências. As análises, em especial os explicativos, devem buscar um consenso entre os membros da comissão. O resultado desta fase deve ser um relatório sintético, por variável avaliada que será a base do relatório a auto-avaliação.

Durante a análise se recorre um a um cada aspecto específico, contrastando a informação obtida das distintas fontes. Mediante a síntese se busca o sentido global das variáveis avaliadas.

Tanto a análise como a síntese são descrições que apresentam a visão do estado em que se encontra cada variável. Se interpretam em termos de magnitude ou de variabilidade, mas não contêm todavia valorações; é dizer, dizem pouco sobre a qualidade de cada variável. Para eles é preciso julgar valorativamente se esse estado de coisas possui qualidade, de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos.

3. ETAPA DE VALORAÇÃO, ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E PLANO DE MELHORIA

Nesta última etapa se descrevem os processos de valoração que constituirão a parte essencial do relatório de auto-avaliação. Os juízos de valor, positivos ou negativos, sobre cada aspecto avaliado permitirão identificar os pontos fortes e fracos da instituição e desenhar um plano de melhoria da qualidade. Todo ele ficará reflectido no relatório de auto-avaliação, que será comunicado e sua escritura será submetida a valoração de toda a comunidade universitária em plenária conjunta.

Em caso de debilidades é indispensável diferenciar entre aquelas que dependem unicamente da decisão interna, é dizer, que podem ser abordadas com os recursos internos disponíveis, e aquelas que são mais dependentes de factores do contexto externo, em especial aquelas cuja melhoria dependa de recursos financeiros adicionais. Isto conduzirá a obtenção de um plano de melhoria racional, que atenda as prioridades a viabilidade de cada decisão.

-Elaboração do relatório de auto-avaliação institucional e do plano de melhoria

O relatório de auto-avaliação conterá, na sua estrutura:

A síntese descritiva da informação compilada, organizada por factores. É necessário apresentar de forma resumida, as informações mais destacáveis e descrever as regularidades e relações entre variáveis, critérios e indicadores, contrastando, quando seja necessário, informação procedente de distintas fontes. Esta síntese deve permitir ter uma visão global e integrada de cada um dos factores avaliados e da instituição como um todo.

A valoração crítica de cada variável, destacando os pontos fortes e fracos respeitante aos critérios e indicadores estabelecidos. A partir daqui se gerará como documento a parte, um plano de melhoria da qualidade, que inclua ao menos uma descrição das acções que se empreenderão, os responsáveis de sua execução, um tipo de prioridade para cada acção, um cronograma de execução e os recursos que cada acção de melhoria requererá.

Estrutura do Relatório de Auto-avaliação Institucional

A seguir, se oferece um guia geral que orienta a elaboração do relatório de auto-avaliação:

I. INTRODUÇÃO

- Antecedentes e justificativa da auto-avaliação
- Referente teórico da Auto-avaliação (Caracterização do processo no contexto das políticas e marco de referência para a Auto-avaliação definidos pela própria Universidade).
- Propósitos e objectivos da auto-avaliação
- Resultados esperados.

II. DESCRICÇÃO DA UNIVERSIDADE

- Resenha histórica da Universidade
- Contexto de desenvolvimento em que se realiza
- Caracterização da Universidade: filosofia institucional (fins, princípios e valores, missão, visão); características do projecto educativo; estrutura administrativa (organigrama), funções; recursos humanos (pessoal docente e administrativo), população estudantil a que se atende; oferta académica (cursos, modalidades, duração e títulos que se outorgam); Investigação (áreas e sectores atendidos); projecção social (áreas e sectores atendidos).

III. DESENHO METODOLÓGICO

- Síntese do marco conceptual e metodológico do processo, (factores, critérios, técnicas e fontes).
- Planificação e organização do processo (plano operativo físico -financeiro, etc.).
- Estratégias para o asseguramento do êxito do processo. Construção do guia (processo, participação).

IV. RESULTADOS E ANÁLISE

Esta secção deve incluir a informação que corresponde aos resultados do processo de auto-avaliação. Se deve ordenar em cada uma das variáveis que se consideram no estudo. Para cada uma delas deve projectar-se uma descrição, uma auto-avaliação, a identificação de pontos fortes e fracos e um plano de melhoria.

A descrição é a síntese da análise da informação descrita na secção anterior. Deve oferecer uma imagem realista do que é o que se percebe em relação com

cada variável, oferecendo uma fotografia actual, ampla, detalhada e o mais fiel possível a realidade da instituição. É necessário incluir suficiente informação significativa, com o fim de que todos os envolvidos/ avaliador externo ou consultor a partir da sua leitura, possam formar uma ideia clara em torno de cada variável em particular, mas deve tomar-se a precaução de não saturar com detalhes que dificultem ou tornem muito extenso o relatório.

Se for necessário pode incluir-se informação descritiva adicional em forma de apêndices, neste caso tabelas, gráficos, que derivem da análise.

A auto-valoração são os juízos de valor que dão conta do nível de qualidade de cada variável. Deve ser o resultado de um esforço crítico e valorativo, focado a identificar as fortalezas e debilidades específicas: expressa o que deve ser.

A identificação de pontos fortes e fracos surge directamente da auto-avaliação. O usual é que não haja variáveis totalmente fracas ou totalmente fortes. É preciso assinalar os critérios e indicadores que constituem a debilidade de uma variável e suas fortalezas.

O plano de melhoria deve assinalar os planos e acções para manter ou alcançar o dever ser. A integração das acções de melhoria que se proponham em cada uma das variáveis, devem representar não só uma expressão de compromisso senão um plano realista de desenvolvimento institucional.

V. CONCLUSÕES

Este particular reflete as conclusões gerais e específicas da instituição em relação com o processo de AAI e o aprendido durante o mesmo.

VI. ANEXOS

Neste se inclui a lista dos documentos que sustentam os resultados e contextualizam a instituição.

Considerações finais

É necessário destacar que na prática um processo de AAI não sucede em forma linear, como aqui se descreve, senão que se deve percorrer em forma cíclica diversos passos e momentos, para não perder a visão de grupo, para recolher informação adicional, para revisar permanentemente os propósitos estabelecidos e inclusível construir durante o processo novos objectivos ou parâmetros.

Uma das etapas fundamentais é a **socialização permanente de quanto realiza e vai obtendo a comissão que coordena a auto-avaliação**. Sem mecanismos de participação permanente de todos os extratos universitários e sociais, relacionados com a universidade, **se perderá o princípio fundamental que inspira esta e qualquer proposta de auto-avaliação para a melhoria da qualidade: o compromisso de todos de contribuir com sua visão crítica e, sobretudo, de estar dispostos a levar a cabo as acções que conduzam a melhoria da qualidade**.

A aspiração: de que os actores da comunidade universitária se convertam em verdadeiros auto-gestores da qualidade dos processos.

BIBLIOGRAFIA

- Argentina, Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU), 1997, Lineamientos para la Evaluación Institucional, Ministerio de Cultura y Educación, p. 31 Buenos Aires.
- Chile, Comisión Nacional de Acreditación de Pregrado, 2002, Manual de pares Evaluadores. Guía para la Evaluación Externa con fines de Acreditación. Gobierno de Chile, Ministerio de Educación, (libro1, 2, 3, 4), p.110.
- Estefanía Lera, J.L., y López Martínez, J. (2001): Evaluación interna del centro y calidad educativa. Estrategias e instrumentos. Madrid.
- Fernández Gavilán, C. (2008). Evaluación institucional. <http://carmenfernandezgavilan.blogspot.com/2008/01/21-da-101108-evaluacin-institucional.html> [Consultado 20 de oct. de 2014].
- Guía de Autoevaluación con fines de acreditación para las Universidades y Escuelas Politécnicas del Ecuador CONEA
- González, J. Galindo N. y otros (2004). Los paradigmas de la calidad educativa. Unión de Universidades de América Latina, A. C. Circuito norponiente del Estadio Olímpico. Ciudad Universitaria, México, D.F Disponible en: <http://www.udual.org/CIDU/ColUDUAL/15/15.pdf> [Consultado 19 de oct. de 2014].

- Guía de autoevaluación con fines de mejora de las carreras universitarias. Asamblea Nacional de Rectores. Comisión Nacional de Rectores para la Acreditación Dirección General de Investigación y Calidad Universitaria
- Guía de Autoevaluación Institucional Gestión de la Calidad: Políticas y procedimientos. Modelo de Evaluación Institucional de Universidades y Escuelas Politécnicas, CEAACES 2015 Quito. Ecuador
- Guía para la Autoevaluación con Fines de Acreditación de Programas de Pregrado Guía de Procedimientos- CNA 02. Santa Fé de Bogotá, D.C. p. 6-9. Colombia, Ministerio de Educación Nacional, 1997, Consejo Nacional de Acreditación.
- Guía para la Autoevaluación, Universidad Pedagógica Nacional Francisco de Morazán Vice Rectoría Académica Dirección de Evaluación y Acreditación 2011-2012 Sistema Centroamericano de Evaluación y Armonización de la Educación Superior (SICEVAES)
- Instructivo Autoevaluación institucional. Ministerio de Educación de Ecuador 2013 Disponible en http://educacion.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2013/10/Instructivo_Aplicacion_Autoevaluacion_301013.pdf [Consultado 22 de oct. de 2014].
- Landi N. y Palacios M. E. La autoevaluación institucional y la cultura de la participación. Rev. Iberoamericana de Educación. Número 53: Mayo-Agosto / 2010. Disponible en <http://www.rieoei.org/rie53a07.htm>